



FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE, HEGEMONIA E DEMOCRACIA: desafios frente à austeridade e ao avanço da extrema direita

Roberto Leher¹

Resumo

O artigo discute desafios para a formação da consciência de classes no contexto de avanços de ideologias da extrema direita e de hegemonia mundial da austeridade (Mattei, 2023). O texto compartilha as críticas à tese do fim do trabalho em virtude da chamada revolução microeletrônica e em decorrência da financeirização, que estaria suprimindo o processo de produção no qual ocorre a exploração do trabalho. Advoga que, no capitalismo de hoje, existem mais trabalhadores e mais exploração e expropriação do trabalho. Sustenta que o não enfrentamento da austeridade em nome da governabilidade abre as vias para partidos alternativos, a maioria deles de extrema direita, e acarreta distanciamento dos subalternos dos sindicatos e partidos de esquerda. Destaca, na conclusão, a importância de experiências internacionalistas e autônomas de classe, como as praticadas na Associação Internacional dos Trabalhadores.

Palavras-chave: Hegemonia; consciência de classe; formação; austeridade; extrema direita.

FORMATION OF CLASS CONSCIOUSNESS, HEGEMONY AND DEMOCRACY: challenges in the face of austerity and the advance of the far right

Abstract

The article discusses the challenges for the formation of class consciousness in the context of advances in far-right ideologies and the global hegemony of austerity (Mattei (2023)). The text shares criticisms of the thesis that the end of labor is due to the so-called microelectronic revolution and financialization, which is suppressing the production process in which labor is exploited. It argues that in today's capitalism there are more workers and more exploitation and expropriation of labor. It argues that the failure to confront austerity in the name of governability opens the way for alternative parties, most of them far-right, and leads to a distancing of the subalterns from the unions and left-wing parties. The conclusion highlights the importance of internationalist and autonomous class experiences such as those practiced in the International Workers' Association.

Keywords: Hegemony; class consciousness; formation; austerity; far-right ideologies.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 16/04/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28nEp.2024.6>

¹ Professor Titular de Políticas Públicas em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: leher.roberto@gmail.com; robertoleher@fe.ufrj.br.

O luminoso e provocativo título de inspiração *lukacsiana* que orienta as reflexões da *XI Jornada Internacional de Políticas Públicas* interpela questões fulcrais do presente. O avanço de forças da extrema direita de cariz fascista em todo mundo, de um lado, e a corrosão de qualquer forma real de democracia pelas frações burguesas dominantes que manejam as políticas de austeridade, de outro, recolocam, de modo estratégico, a questão democrática nas disputas pela hegemonia do senso comum popular. Com efeito, é inegável que a extrema direita vem ganhando adeptos nas classes trabalhadoras pauperizadas e ressentidas por anos de austeridade e precarização do trabalho. Ademais, o abandono da organização e da formação política por parte dos grandes sindicatos e de partidos social-democratas, socialistas e comunistas de diversos matizes — que, além disto, passaram a ser, eles mesmos, veículos da austeridade — realimentam um perigoso círculo vicioso, no qual pode se aninhar o ovo da serpente do neofascismo. Como visto no estudo de Huebscher *et al.* (2022), períodos de austeridade conduzidos por partidos de esquerda e centro-esquerda abrem as vias para partidos alternativos, grande parte deles de extrema direita.

A agenda proposta pela XI JOINPP aborda, busca entender e explicar essa realidade de avanços autocráticos. A áspera experiência do governo *fascistizante* de Jair Bolsonaro (2019-2022), a partir do prisma da esquerda anticapitalista, constitui uma problemática teórica e prática central para tornar pensável a correlação de forças entre as classes e frações de classes. Para discutir temas como consciência de classe, democracia, hegemonia e emancipação humana, contidos nas perguntas-orientadoras da Jornada, é necessário se deter neles com certo vagar. Em um esforço de síntese, quatro proposições que orientam o artigo são apresentadas a seguir:

- i. Embora aparentemente tautológico, é preciso reafirmar que a consciência de classe pressupõe trabalhadoras e trabalhadores em luta contra os seus patrões no processo de reprodução ampliada do capital, não apenas em fábricas e empresas institucionalizadas, mas também nas lutas no campo e na cidade em defesa dos direitos sociais; objetivamente, a premissa da existência de trabalhadores explorados pelo capital com fins de extração direta ou indireta de mais-valia, submetidos à gestão planetária do trabalho balizada pelos salários desiguais (SMITH, 2024), e que, de alguma forma, se insurgem contra a exploração no mundo do trabalho, por meio de greves, lutas sindicais, manifestações, revoltas, absenteísmos etc., é de ordem ontológica.
- ii. A consciência de classe, contudo, não é um *a priori* nem uma *derivação mecânica* do lugar econômico dos sujeitos que se insurgem contra as condições de trabalho e a exploração. Envolve um processo de *formação* teórico-prática. Na tradição de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Mariátegui, Lukács, Thompson e Florestan Fernandes, compreende diversas dimensões, entre as quais se sobressaem: a) a importância da

universalização da educação pública, não como espaço no qual o Estado é o educador, mas como auto-organização da classe, nos termos da Crítica ao Programa de Gotha (MARX [1875], 2012), b) a forma partido e a organização independente do proletariado (MARX [1864] 1982; LENIN [1917] 1977; GRAMSCI [1932-1934] 2012) e c) as experiências do *fazimento* das lutas de classes (GRAMSCI, 2012; THOMPSON, [1963] 2004).

- iii. A democracia, seguindo as interpretações de Lênin em *O Estado e a revolução* (1977), é incompatível com os particularismos do Estado burguês¹; nos termos de Wood (2003), a democracia política é indissociável da democracia econômica e da desmercantilização radical da vida e do socialismo. Resulta da ação em grande escala e consciente da classe trabalhadora, o que requer organização autônoma frente ao Estado, aos governos e aos patrões. As ações concretas contra as coerções e as trincheiras e casamatas das agências do capital ganham força e eficácia se organizadas a partir de princípios comuns, a exemplo da prática da Associação Internacional dos Trabalhadores (MUSTO, 2014). Nesta experiência luminosa, foi desenvolvida uma verdadeira pedagogia socialista compreendendo lutas de massas (o que abrange escala e tempo), unidade de ação entre forças políticas distintas, solidariedade proletária internacionalista e elaboração teórica *aplicada* aos embates mais estratégicos — em termos gramscianos, experiências de lutas por outra hegemonia, objetivando a emancipação humana frente às expropriações e às distintas formas de exploração e alienação do trabalho alcançando a vida cotidiana. Não bastam enfrentamentos e lutas: sem almejar ser dirigente, uma classe (ou coalizões de frações de classes) não logra efetiva hegemonia sobre o conjunto das demais frações de classe capazes de levar adiante um novo tipo de vontade coletiva.
- iv. A formação da classe em si e para si, a hegemonia e a emancipação são necessidades históricas que não se encerram nas pautas econômico-corporativas. A formação é uma necessidade vital para assegurar novos horizontes socialistas capazes de assegurar o bem-viver dos povos e as condições sociometabólicas da vida no Planeta, como nos exortaram István Mészáros, Michael Lövy, Bellamy Foster, Kohei Saito, Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros.

1 SOBRE O FIM DO TRABALHO E DA CLASSE TRABALHADORA: crítica ao determinismo tecnológico eurocêntrico e à reificação do capital comércio de dinheiro

Como apontado nas quatro proposições gerais derivadas da problemática contida na interpelação da Jornada, é necessário interagir, preliminarmente, com o debate animado, entre outros, por Kurtz e Trenkle (2019) e Fernandes e Oliveira (2023) sobre o fim da centralidade do trabalho e, mais precisamente, a propósito da existência e do lugar da classe trabalhadora no capitalismo de hoje. Em uma obra de referência, Ricardo Antunes (2011) já se deteve no tema e, dado os objetivos do artigo e a concordância com o fulcro de sua análise, não é necessário, por hora, revisitá-lo em detalhes.

O problema não se restringe à crença de que o capitalismo de hoje se caracteriza pela caducidade do trabalho enquanto produtor do valor em virtude da revolução microeletrônica segundo a qual, pela primeira vez na história do capitalismo, o trabalho como base da produção de valor se tornou supérfluo. Não há como desconsiderar a difusão de certas leituras da financeirização — atualmente muito influentes — que igualmente pressupõem o fim do momento da produção (P) e, por conseguinte, da extração da mais-valia, tema discutido na seção subsequente.

Ao analisar a revolução industrial e sua base tecnológica, Marx identificou um processo de magnitude revolucionária: a subordinação real do trabalho ao capital, reconfigurando de modo profundo o processo de “vampirismo” da mais-valia por meio da mais-valia relativa – MVR. Não que a mais-valia absoluta (MVA) tenha desaparecido, mas, sim, que, doravante, a exploração dar-se-ia por uma nova combinação de capital fixo e capital variável que varia nos territórios e países em virtude do desenvolvimento desigual. Marx analisou a questão no âmbito do conceito de composição orgânica do capital. Estudos posteriores, como os de Lênin e Trotsky, introduziram novos elementos sintetizados no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (DDC) e em um novo conceito de imperialismo, desenvolvido por Lenin ([1916] 1984). Seguindo esta linha, a mundialização do capital, ao contrário das concepções evolucionistas, não se deu em uma via linear única na qual o capital fixo finalmente iria suprimir a existência do capital variável.

A grande maioria dos trabalhos originais que propugnaram o fim do trabalho vivo foi elaborada por autores que pensaram o problema a partir de suas realidades “eurocênicas” e “nacionais”. Entretanto, a consideração das cadeias mundiais de valor nos mostra uma realidade muito mais complexa (SMITH, 2024). A microeletrônica é constituída por intenso trabalho nos departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento das corporações nos países do núcleo hegemônico, trabalho que engendra novas mercadorias e processos protegidos como propriedade intelectual por meio de patentes. Mas essa é apenas uma parte do processo. Envolve cadeias produtivas planetárias, como a extração minérios (a base “suja” dessa cadeia produtiva), a constituição de grandes hidrelétricas para

beneficiar os minérios, de ferrovias que cortam áreas protegidas e contíguas aos territórios indígenas, o descomunal consumo de recursos hídricos e plantas industriais. Todas essas etapas seguem exigindo considerável força de trabalho, sobretudo de trabalho brutalizado e precário. Apenas como ordem de grandeza, um computador, há alguns anos, requeria duas toneladas de matéria bruta. As bases tecnológicas dos equipamentos e os artefatos da microeletrônica exigem trabalho vivo, envolvendo diferentes combinações de trabalho simples e de trabalho complexo que, conforme nos mostra Mandel (1979), também é proletarizado e alienado, assim como toda sorte de trabalho degradante, precário, nas minas, na construção civil, nos sistemas de transporte etc.

Não se trata de negar que a chamada revolução da microeletrônica está alargando o capital fixo, exacerbando as contradições do capitalismo, reduzindo a força de trabalho em diversos setores, como nos bancos, cursos à distância e em determinadas etapas industriais; mas, contraditoriamente, incorpora milhões de trabalhadores por meio do chamado capitalismo de plataforma, em que as cidades são entrecruzadas por um verdadeiro exército de trabalhadores precarizados em bicicletas, motocicletas, automóveis, operando a mobilidade das mercadorias e deslocando força de trabalho. Outros milhares de trabalhadores em África e Ásia atuam como etiquetadores e rotuladores de dados brutos para uso em sistemas de inteligência artificial². A onda de negócios em África liderada pela China, no segmento de *commodities*, evidencia que essa coexistência de tempos desiguais é própria do MPC e não pode ser confundida com a persistência de bolsões de atraso que possuem a aparência de formas pré-capitalistas.

1.1 Capitalismo sem mais-valia?

Em outra chave interpretativa, também certas leituras da financeirização pressupõem o fim tendencial do momento da produção (P), abrindo possibilidade para a concretização do esquema Dinheiro-Dinheiro acrescido (D-D') sem o momento da produção (P) no qual ocorre a exploração do trabalho para obtenção de mais-valia (CIPOLLA; GIUSSANI, 2022). O corolário dessa compreensão igualmente é o fim do trabalho e, conseqüentemente, da classe trabalhadora.

Como argumentam Cipolla e Giussani (2022), tem sido comum a crença de que a economia subjacente, isto é, o locus da extração da MV, está encolhendo pelo subconsumo decorrente de causas diversas, como a redução da massa salarial, a internacionalização do Exército Industrial de Reserva, o endividamento das famílias em virtude dos baixos salários, a ampliação do poder dos oligopólios gerando excesso de capacidade. Resulta dessas interpretações a leitura de que as Empresas Não Financeiras (ENF) passaram a investir principalmente nos circuitos financeiros do capital fictício, em títulos etc., abandonando, crescentemente, o setor P, em favor de uma suposta

lucratividade maior nos investimentos financeiros do que a advinda da produção. A aparência dos fenômenos é de que o trabalho perdeu lugar no MPC.

O engajamento das ENF nos mercados financeiros é uma necessidade, como demonstrado por Marx (2017) no *Capital*, L. III, ao examinar a rotação do capital investido. É um fato que o capital comércio de dinheiro ganha autonomia relativa e engendra formas e operadores particulares. A aparência do fenômeno — sua fetichização — é que de fato a plena autonomia D-D' é uma realidade possível.

Entretanto, como os referidos autores salientam, no período denominado de financeirização (1990-2018) a lucratividade financeira foi *menor* do que a taxa de lucro operacional decorrente da produção. De fato, sem capitalistas dispostos a tomar empréstimos a juros para viabilizar P, haveria um excesso de capital comércio de dinheiro acarretando uma queda acentuada da taxa de juros. Essa contradição está na raiz das grandes crises estruturais; crises magnificadas pela combinação da queda geral da taxa de lucros, expressa como lei tendencial (MARX, *O Capital*, L. III [1894], 2017). Para contra-arrestar a queda da taxa de lucro, o grande capital segue investindo nas ENF, porém, e isso é crucial, com nova escala de exploração do trabalho em nível planetário, o que contradiz, por conseguinte, as crenças no fim do trabalho e do capital variável.

1.2 Classe trabalhadora hoje: hegemonia e formação da consciência

Contra a tese do fim do trabalho, é imperioso considerar que o já imenso contingente populacional expropriado dos meios de produção e dos direitos sociais — dependente de alguma forma de venda (ou de aluguel) da força de trabalho — não para de crescer. Em outros termos, nas últimas décadas longe de encolhimento da classe trabalhadora, o capital está acionando muitos milhões de pessoas em todo o Planeta pelos motivos expostos na seção anterior. Tal expansão evidentemente não corrobora a tese do fim do trabalho em virtude da revolução tecnológica: atualmente existem mais trabalhadores do que outrora.

Como assinalado na segunda proposição que orienta o presente texto, a existência de trabalhadores sendo explorados não assegura, por si só, que estes atuem de modo consciente nas lutas de classes. O atual número de greves e a de dias parados por motivo de lutas proletárias não se compara aos dos anos 1970-1980, mas é indubitável que, após um forte encolhimento, é possível constatar um ponto de inflexão a partir de 2021 com nova onda de ascenso de lutas³.

É necessário lembrar que, por proletariado, Marx compreende não apenas os produtores diretos de mais-valia (trabalho produtivo), mas também os trabalhadores ativos improdutivos (serviços, setor público etc.) e, ainda, o exército industrial de reserva (EIR) flutuante, latente e estagnado como

partes estruturais e indissociáveis do proletariado, incluindo aqui desempregados, precários e camponeses expropriados. A partir deste prisma, os indicadores da vastidão do proletariado são contundentes. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2023), o contingente de trabalhadores alcançou 3,43 bilhões, sendo mais de 2 bilhões na dita informalidade. O crescimento do contingente de trabalhadores aumentou mais rápido do que o crescimento populacional, acrescido que foi de um bilhão de trabalhadores em relação a 1991. Ademais, o número de horas de trabalho aumentou.

Pelo exposto, a formação política não pode ter como único horizonte os trabalhadores fabris institucionalizados. Para isso, é preciso lançar luz sobre os sujeitos que compõem o EIR nacional e mundial. Metodologicamente, é imprescindível abandonar leituras eurocêntricas e circunscritas aos Estados Nacionais. A classe trabalhadora foi constituída por trabalhadores arrancados de seus territórios pela escravidão, pelas pessoas que foram expropriadas de seus meios de vida (como ocorre em grande escala na forte migração do campo para a cidade na China impulsionada pela industrialização) e que se viram forçadas a migrar, isso em escala de milhões, como nos casos brasileiro e dos EUA. A partir do início dos anos 1990, o fim da URSS, o giro para o mercado da China, o reposicionamento da Índia e o crescimento do trabalho das mulheres contribuíram enormemente para a expansão do proletariado.

A atualidade da teoria do valor, a imprescindibilidade do setor de produção (P), a existência objetiva da classe trabalhadora (ou proletariado ou classes subalternas) consubstanciam as condições objetivas das lutas de classes no Século 21. No entanto, as classes trabalhadoras conscientes das contradições do MPC, notadamente do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e das desigualdades de raça e gênero nas unidades produtivas e, por isso, dispostas a promover enfrentamentos e rupturas com a ordem do capital e de sua forma destrutiva de saqueio da natureza não são uma consequência imediata da *existência objetiva* de sua condição de trabalhadoras e trabalhadores explorados e expropriados.

Devemos a E. P. Thompson (2004) uma formulação magistral que está presente na melhor tradição marxista: o lugar econômico (a dimensão objetiva) é condição necessária, porém, por si só, não assegura o protagonismo dos trabalhadores como classe. O desafio apontado pelo autor é complexo, pois o *fazimento* das lutas e da consciência, as formas de educação política, não resultam de um aparecimento mágico. Trabalhadores precarizados, sem contratos regulados, são em geral pouco ou nada organizados. Temos iniciativas importantíssimas como o “breque dos App”⁴, protagonizado por trabalhadores plataformizados (iFood, Uber Eats, Loggi, Rappi); contudo, muitas vezes esses trabalhadores, sobretudo motoristas, se percebem como profissionais liberais, microempresários, empreendedores, e raramente como trabalhadores. Em todas essas situações, a

dimensão subjetiva é necessária e demanda confrontos com a classe antagônica, organização continuada, processos formativos no contexto das lutas, estudos setoriais sobre o capitalismo plataformizado etc. Raramente tais lutas têm sido massivas e sistemáticas. A repressão pelos algoritmos é eficaz, pois interdita os líderes dos movimentos. Ademais, a ausência de regulação efetiva estatal do trabalho pesa negativamente. Na ausência de direitos trabalhistas, os próprios trabalhadores são colocados em situação de competição dificultando a solidariedade de classe. Avanços nas legislações, contudo, confirmam a relevância dessas lutas (ABÍLIO; SANTIAGO, 2024).

A existência massiva do proletariado no Século 21 atualiza o desafio sintetizado por Marx na Conferência Inaugural da AIT (1864): Os trabalhadores [...] são fortes porque são a maioria, “mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento” (Marx, 1864, *apud* Netto, 2020, p. 415). É preciso que os subalternos estejam unidos pelo saber, pelas concepções de mundo, pelo desejo de forjar um outro futuro, por meio de tradições criadas, recriadas, e por formas de organização.

Na época de Marx, a organização mais fiel ao ideário do autor de *O Capital* e de seu camarada de jornadas intelectuais e políticas, Engels, foi a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT (anos 1864-1876), na qual Marx foi especialmente engajado como dirigente.

De modo original, a Associação foi concebida como uma iniciativa internacional. A força internacionalista vigente na Comuna de Paris (1871) confirma o caráter estratégico da solidariedade internacional. Nela sobressaiu a fraternidade entre trabalhadores de diferentes países. A perspectiva internacionalista, contudo, não foi isenta de confrontos nos sindicatos e partidos. Os embates no âmbito da social-democracia no contexto da II Internacional sobre os créditos de guerra para a máquina militar chauvinista na 1ª Guerra Mundial nos mostram a extensão do problema (LUXEMBURGO, 2011).

A AIT primou pela democracia proletária. Marx colocou em relevo a crítica ao sectarismo. De fato, a concepção de que a organização da classe trabalhadora se dá pela auto-organização e pelo primado da autonomia (“cada seção tem suas próprias visões teóricas do movimento real”) é profundamente democrática. A democracia proletária requer espaços de conhecimento próprios da classe sobre os “mistérios da política internacional” e sobre o capital. A AIT foi um lugar de intensas e vivas discussões teóricas não academicistas, sobretudo a propósito de questões que repercutissem na prática política (como nos debates entre Marx e Weston sobre os aumentos salariais, por exemplo) com o objetivo de ser um instrumento de ação política (NETTO, 2020; MUSTO, 2014). Sobressai, na prática da AIT, o caráter dirigente dos trabalhadores por meio da concepção de educação pública e de seus nexos com o trabalho, do dever do Estado para garantir esse direito, assim como a respeito da gratuidade. O mesmo em relação a diversos outros aspectos: jornada de trabalho, salubridade, nexos

entre salário, preço e lucro, discussão sobre o crédito e suas conexões com a classe trabalhadora, as causas das guerras, o significado da herança para a classe trabalhadora, habitação, reforma agrária, uso de máquinas e o trabalho da classe trabalhadora, cooperativas, emancipação feminina, limites e potencialidade dos sindicatos, formas de resistência da classe trabalhadora, até questões que envolvem o conjunto da classe, como o Estado, o fim da propriedade privada, o internacionalismo proletário e temas vinculados à organização política (MUSTO, 2014).

A luta pela hegemonia está imbricada com a organização sindical (na forma da consciência econômico-corporativa e no aprendizado de métodos próprios de lutas da classe trabalhadora) e, sobretudo, na organização política capaz de transcender as lutas econômicas imediatas — quando um trabalhador de uma dada categoria se percebe como trabalhador genérico desafiado a ir além de suas pautas específicas (GRAMSCI, 2012). As agruras das lutas econômico-corporativas, como o enfrentamento das ações particularistas do Estado, podem favorecer que as pautas ético-políticas sobressaiam. Também Marx, Lenin, Luxemburgo, e toda uma tradição crítica presente, no Brasil, na pedagogia do movimento (MST) acentuaram que a pedagogia da luta é estruturante da consciência.

Como visto na prática da AIT, nas lutas pela hegemonia a capacidade antecipatória é decisiva. Uma coalizão de frações de classe pode (e deve pleitear) ser dirigente antes mesmo de ser dominante, daí a importância dos intelectuais coletivos, dos jornais proletários, das universidades populares, do partido e dos espaços culturais de autoformação.

A formação da consciência da classe envolve, como apontado por Thompson (2004), o confronto com um antagonista; no caso, as classes burguesas que manejam o capital. É indubitável a drástica queda do número de greves (e de sua radicalidade) nos últimos cinquenta anos. Como explicou Gramsci (2012), o estado maior da burguesia cada vez mais atua no domínio por meio de prepostos, de organizações da chamada sociedade civil diversas, e, principalmente, pelo Estado, apresentado como mediador dos conflitos entre o capital e o trabalho.

Em qualquer cenário, a formação da consciência crítica é complexa. Envolve, como vimos (THOMPSON, 2004), o confronto com um antagonista, aqui as classes burguesas, nos marcos da ordem liberal. Entretanto, como o fascismo demonstrou — e a realidade atual da autocracia burguesa tem reiterado —, em contextos de crises, a democracia liberal, vigente em determinados Estados, pode ser concebida como um obstáculo em virtude do custo da força de trabalho e do peso dos gastos na efetivação dos direitos sociais. Está evidente que, desde os anos 1970, o par democracia e direitos sociais está sendo combatido pelo bloco no poder, seja por meio da ressignificação dos direitos sociais como políticas de alívio a pobreza focalizadas; seja por meio de contrarreformas diversas que provocam expropriações de direitos; seja pelo deslocamento da gestão de políticas sociais para os

Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais; seja pela predominância da coerção e da violência para sufocar as contestações sociais, conformando situações de contrarrevoluções preventivas em certos territórios ou Estados, como assinalado por Florestan Fernandes (2006) em *A revolução burguesa no Brasil* [1975].

A iniciativa do golpe efetivado pelo bloco no poder em 2016 com a destituição ilegítima e ilegal de Dilma Rousseff e o seu apoio (do Estado Maior do Capital no âmbito do bloco) à eleição de Bolsonaro em 2018, assim como a conivência de algumas dessas frações burguesas com o processo de fascistização de seu governo, inclusive com a possibilidade de um golpe do *bolsonarismo* para instauração de uma ditadura aberta, corroboram a existência de uma nova gramática política que se organiza em torno de: discursos com conotação religiosa-fundamentalista; negacionismos históricos e científicos; manifestações racistas e sexistas, léxicos anticomunistas, e de ações condizentes com o darwinismo social. Juntas, incidem sobre o senso comum popular, alterando as concepções de mundo. Nesse caso, a coesão social deixa de ser pensada como “de todo o povo” (em oposição ao suposto inimigo externo, em geral, estrangeiros) e é erigida a partir da construção da imagem de um inimigo interno. Assim, por exemplo, os neofascistas investem na oposição entre, de um lado, o povo (famílias de deus (como no projeto de Brasil como nação evangélica defendida pela Igreja Universal do Reino de Deus), fiel aos “valores da pátria” (discurso da extrema direita militar), o que nada tem a ver com a crítica ao imperialismo, e de certa leitura sobre a meritocracia (base da crítica às reivindicações de direitos sociais, concebidas como *vitimismo*); e, de outro lado, aqueles que praticam uma vida laica, secular, advindas dos (polissêmicos) valores iluministas, pessoas que podem ser localizadas como “de esquerda”, globalistas, preocupadas com as questões socioambientais e as lutas antirracistas e feministas, tidas como inimigas internas, posto que seriam uma “ameaça” à vida cristã.

Nessa cena, os direitos sociais e trabalhistas perdem centralidade e relevância. O governo Bolsonaro aproveitou para “passar a boiada” favorecendo, desse modo, um padrão de acumulação do capital feroz baseado em selvagens expropriações (vide incentivo à mineração em territórios indígenas) e em exploração brutal do trabalho (como no projeto de Carteira Verde e Amarela⁵).

Lênin e Gramsci ressaltaram em seus escritos políticos que não é no âmbito do senso comum cotidiano que as questões estratégicas das classes trabalhadoras podem ser elaboradas, compreendidas, socializadas. Não se trata de uma questão simples, pois é no bojo do senso comum que as lutas ocorrem. Como interagir com o senso comum sem ficar enredado às suas disposições de pensamento?

A formação da consciência não prescinde da interação com o senso comum. Essa interação, contudo, não pode estar baseada nas ideias de certo e errado, verdade e inverdade. O senso comum não está fora das lutas de classes. O ambiente intelectual para aprendizados muda

rapidamente nos contextos de lutas à quente. A *pedagogização* das lutas é indissociável das formas de organização das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores. Sem organização, autoformação e *fazimentos* de lutas concretas não há como extrair núcleos de bom senso do senso comum como bases da consciência de classe. Se, entretanto, as organizações dos subalternos não propiciam experiências de autoformação e a elaboração e socialização de teoria, é indubitável que o capital e as frações dominantes não deixam de atuar de modo sistemático sobre o senso comum com recursos, *think tanks*, meios de comunicação, plataformas virtuais e manejo de algoritmos.

No Brasil, e não apenas, o senso comum popular está em processo de deslocamento para a direita e para a extrema direita. Isso não é um processo espontâneo, decorrente das frustrações advindas das ásperas condições econômicas. Embora indissociável das agruras econômicas, as doutrinas, as disposições de pensamento, as narrativas têm sido elaboradas pelos intelectuais coletivos da extrema-direita, a exemplo da Atlas Network, Instituto Cato, Fundação Heritage, frações da Igreja católica (Opus Dei), Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais (combinando teologia da prosperidade com teologia do domínio).

Se bem considerado na análise, nas ideologias que espraiam o espectro do fascismo que ronda diversos países, é possível encontrar pontos de convergência entre as doutrinas da extrema direita defendidas pelas organizações de cariz fascista e os arautos da austeridade. Como agudamente captado por Pachukanis (2020) e Mattei (2023) existem nexos e vasos comunicantes entre o fascismo, o liberalismo e a austeridade. A síntese expressa na austeridade busca eternizar a impossibilidade da soberania popular, banalizando ideologias como a *economia é uma ciência pura* que preconiza que se confrontar com o mercado é irracional, daí a autonomia dos Bancos Centrais, o credo dos superávits primários, das metas de inflação e da criminalização das ações que colidem com os anseios do mercado.

A austeridade se materializa também na educação. No lugar de educadores auto-organizados em articulação com os conselhos populares (como defendido por Marx na Crítica ao Programa de Gotha), a prática da austeridade estabelece que a educação deve ser gerida pelos Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais, difundindo a agenda que convém ao capital.

2 DESAFIOS DEMOCRÁTICOS E PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

A consciência social independente e a emancipação dos trabalhadores são adquiridas pelos próprios trabalhadores nas condições concretas de trabalho e nas lutas de classes. [...] (É indispensável que) o socialismo conte como requisito para favorecer o livre desenvolvimento da personalidade e da imaginação inventiva, em todas as direções, e garanta aproveitamento real dos talentos, sem qualquer espécie de restrição ou constrangimento (FERNANDES, 1991, s/p, destaques RL).

A consciência social independente requer autonomia e auto-organização dos subalternos, inclusive e sobretudo com análise de conjuntura própria. Causa assombro a desconsideração dos nexos históricos da austeridade com o fascismo e com a extrema direita (MATTEI, 2023) pelas esquerdas — ironicamente, as conexões da austeridade com o fascismo são desconsideradas em nome da unidade com forças radicalmente adeptas da austeridade em contextos de frentes contra o fascismo e a extrema direita. Em diversos governos progressistas, as esquerdas vêm harmonizando suas agendas com os preceitos da austeridade, abrindo vias que, como visto, podem fortalecer a opção pelo fascismo (HUEBSCHER *et al.*, 2022). Essa contradição denota grave crise teórica e estratégica das esquerdas.

O problema da formação é, essencialmente, estratégico. É uma fábula afirmar que é possível formar quadros e militantes das classes subalternas sem enfrentar a austeridade. Retirar da pauta da formação o sentido profundo da austeridade — a negação da soberania popular e a afirmação do governo como um fazer técnico dirigido pelos mais capazes — é uma renúncia aos processos de conscientização efetiva. A crítica ao capitalismo em seu estágio mais predatório é o cerne de qualquer programa de formação que objetiva ir além das pautas imediatas. Como muitas organizações avaliam que a crítica à austeridade é uma crítica ao 'seu' governo, abandonam os processos de formação para não ter que lidar com as suas contradições. Um grande obstáculo à retomada da formação é, por conseguinte, a ausência de autonomia da classe trabalhadora frente aos partidos e aos governos que, em nome da governabilidade, adotaram a agenda e os princípios da austeridade.

Isso não significa recusar, em determinadas circunstâncias, a frente ampla conduzida pelas frações burguesas dominantes. Quando a frente antifascista é inevitável, em virtude da correlação de forças, a autonomia das organizações dos subalternos é ainda mais importante para que essas não fiquem diluídas na frente 'amplíssima'. Uma coisa é estar somando forças e atuando em prol de tal frente; outra é aquiescer com a subordinação das organizações da classe trabalhadora à hegemonia das frações burguesas em um estágio do capitalismo em que inexistente espaço para a democracia. Não há como manter a adesão legitimada da classe trabalhadora aos sindicatos e aos seus partidos quando esses se voltam contra o horizonte de emancipação frente à exploração e às expropriações. Diante dessas contradições é plausível um cenário em que a extrema direita amplie sua capacidade convocatória, alargando sua base social no âmbito da própria classe trabalhadora.

No caso concreto da educação, um severo entrave é a opção governamental pela manutenção da direção intelectual e moral dessa área crucial pelos APHe (como ocorre com o Ministério da Educação na gestão Camilo Santana) e pela política de subsídios públicos para a mercantilização de novo tipo da educação — como o novo Fies, ProUni, Tesouro Direto Educação —,

atualmente sob controle de fundos de investimentos e empresas de *private equity*, muitas delas com influência planetária, a exemplo da BlackRock, Oppenheimer, Advent etc. (LEHER, 2022).

Em que pese os limites da educação pública para a formação da consciência, é indubitável que, sem adequada alfabetização, sem internalização de disciplina intelectual e de método, sem uma cultura científica, tecnológica, artística geral, sem universidades públicas capazes de projetar cenários de futuro comprometidos com o bem-viver dos povos, o ambiente intelectual da formação torna-se muito difícil. As frações burguesas dominantes estão conscientes disso e, por isso, fazem lutas de classes na esfera educacional. Não casualmente, buscam cercear o que é dado a pensar nas escolas e universidades (por meio de sistemas de ensino e plataformas de trabalho balizadas em contrarreformas curriculares); reduzir a autonomia didático-científica dos docentes (impondo métricas de desempenho); reconfigurar a formação de professores no sentido de hipertrofiar o acesso a modestas técnicas, em detrimento do papel intelectual dos docentes, compreendidos como intelectuais organizadores da cultura, e ajustar coercitivamente os sistemas de ensino às regras de financiamento que buscam reproduzir os balizamentos dos APH empresariais, como é o caso do chamado novo FUNDEB. Desdobramentos objetivos dessas contrarreformas podem ser vistos no chamado Novo Ensino Médio, que atualiza o dualismo educacional e instaura percursos educacionais condizentes com o trabalho simples da maioria da classe trabalhadora, excluindo as bases da formação histórico-social dos estudantes.

No que tange ao ensino superior, conforme estudo anterior (LEHER, 2022), a mercantilização assegura o rebaixamento intelectual da juventude. Difunde um *ethos* empreendedor que não logra ocultar o seu papel de banalizar a precarização do trabalho e de ajustar a força de trabalho ao desemprego estrutural e às novas formas de exploração baseadas nas plataformas de trabalho.

Daí a relevância de, no processo de reorganização dos subalternos, articular as lutas contra a mercantilização da educação e em prol da educação pública garantida pelo Estado, mas não por ele dirigida. O Estado não pode ser o educador do povo!

O avanço da extrema direita é uma realidade indissociável do aprofundamento da austeridade. Caso o capital entenda que a agenda da austeridade pode ser levada ao extremo dentro da ordem “liberal-democrática”, conduzida como uma eutanásia das organizações da classe trabalhadora, poderá haver a permanência da frente antifascista; caso a governabilidade da austeridade seja mais incerta com explosões sociais, contestações, adesão massiva de setores populares às instituições religiosas comprometidas com a fascistização do país e aos partidos e lideranças da extrema direita, o bloco no poder poderá ousar uma nova jornada autocrática com graves

consequências para os trabalhadores de todo mundo. Daí a atualidade da exortação: Trabalhadores, uni-vos!

REFERÊNCIAS

ABILIO, L.C.; SANTIAGO, S.M, **Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos motofretistas na cidade de Campinas**. Campinas, Diretoria executiva de Direitos Humanos, Unicamp, 2024.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a centralidade no mundo do trabalho. 15 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CIPOLLA, F. P.; GIUSSANI, P.. Crítica das teorias da financeirização das empresas não-financeiras. **Brazilian Journal of Political Economy**, 42(1), 2022, p.128–149. <https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3160>

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **O PT em Movimento** (Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores), 2 jul. 1991. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1991/07/02.html>.

FERNANDES, D.C., OLIVEIRA, M.C.B. de. Adeus ao fim da história: Uma análise crítica da crise da democracia. **Tempo social** [Internet]. 2023May;35(2):107–. Available from: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.213462>.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel, Caderno 13 (1932-1934). In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 3. Tradução e organização Carlos Nelson Coutinho. RJ: Civilização Brasileira, 2012.

HUEBSCHER, E.; SATTLER, T.; WAGNER, M., Does Austerity Cause Polarization? (November 17, 2022). **British Journal of Political Science** (DOI: <https://doi.org/10.1017/S0007123422000734>), Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3541546> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.35415461932>

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. Especial, p. 78–102, 2022. DOI: 10.18764/2178-2865.v26nEp78-102. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 11 abr. 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook Trends 2023**. <https://researchrepositary.ilo.org/esploro/outputs/report/995238193202676#file-0>

KURTZ, R.; TRENKLE, N. A superação do trabalho: um olhar alternativo para além do capitalismo. 4/7/2019. **Blog da Boitempo** <https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/04/a-superacao-do-trabalho-um-olhar-alternativo-para-alem-do-capitalismo/>.

LÉNINE, V. I. **O Estado e a Revolução** - A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução. Obras Escolhidas de V.I. Lênine. Edição em português da Editorial Avante, 1977, t2, pp 219-305. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-e-a-revolucao.pdf>

LÉNINE, V. I **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Obras Escolhidas de V.I. Lênine. Edição em português da Editorial Avante, 1977, T2, Lisboa-Moscovo Editorial «Avante!» - Editorial Progresso, 1984.

LUXEMBURGO, R. **O que quer a Liga Spartakus?** In: *Obras escolhidas*. São Paulo: UNESP, 2011, v. 2.

MANDEL, E. **Os Estudantes, os Intelectuais e a Luta de Classes**, Antídoto, Lisboa, 1979, tradução de Serafim Ferreira; <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1968/09/21.htm#topp>

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha** [1875]. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores** [1864]. Tradução: José Barata-Moura. Obras Escolhidas, Tomo II, Lisboa, Moscovo Editorial "Avante!", 1982. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTEI, C. **A ordem do capital**: como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. SP: Boitempo, 2023.

MUSTO, M. (org.). **Trabalhadores, uni-vos!** antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETTO, J. P. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo, Boitempo, 2020, 816 p.

PACHUKANIS, E. B. Para uma caracterização da ditadura fascista (1926). In: PACHUKANIS, E.B. **Fascismo**. SP: Boitempo, 2020.

SMITH, J. **Imperialismo no século XXI**- Globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo. Traduzido por Leticia Bergamini Souto. SP: Expressão Popular, 2024.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. v. 1. ed. 4. São Paulo: Paz e Terra. 2004.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas

¹ Lênin, em *O Estado e a Revolução* (1977) registra: A única «correção» que Marx julgou necessário fazer no Manifesto Comunista foi feita por ele na base da experiência revolucionária dos *communards* parisienses. O último prefácio à nova edição alemã do Manifesto Comunista, assinado por ambos os seus autores, é datado de 24 de Junho de 1872. Neste prefácio, os autores, Karl Marx e Friedrich Engels, dizem que o programa do Manifesto Comunista «está hoje, num passo ou noutro, obsoleto». «... A Comuna, nomeadamente — prosseguem —, forneceu a prova de que “a classe operária não pode limitar-se a tomar conta da máquina de Estado que encontra montada e a pô-la em funcionamento para atingir os seus objectivos próprios”...».

² O exército (sub-)humano que alimenta a IA. Por Josh Dzieza para *The Verge* | In: Outras Palavras, 29/06/23. Tradução: Maurício Ayer, disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/exercito-sub-humano-que-alimenta-a-ia/>.

³ O levantamento de greves relevantes no mundo foi realizado a partir dos seguintes sítios: <https://www.globalrightsindex.org/en/2023/violations/right-to-strike>. https://en.wikipedia.org/wiki/Timeline_of_strikes_in_2023
<https://www.etui.org/strikes-map>
<https://edition.cnn.com/2023/09/16/business/strike-uaw-writers-actors-america/index.html>

⁴ Veja mais sobre “Breque dos App” em Wikipedia, disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Breque_dos_Apps.

⁵ Foi um objetivo do governo Bolsonaro. Seria uma modalidade de contrato de trabalho precário em relação ao previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tradicional; reduz o papel da negociação coletiva e da ação sindical, com medidas de negociação individual; beneficia os empresários com uma grande desoneração em cenário de crise fiscal, impondo aos trabalhadores e à sociedade os custos dessa política, ao reduzir a remuneração diferida no tempo e a arrecadação tributária (Dieese, 2017, <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec279CarteiraVerdeAmarela.html>).